

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Valter Campanato/Agência Brasil



Além de Edinho, outros quatro nomes disputam o PT

Disputa no PT será importante DR com o governo

Ao explicitar as negociações em torno do projeto de anistia, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência, Gleisi Hoffmann, não gerou somente reações externas. Talvez as mais complicadas sejam as relações internas. O PT terá eleições para escolher seu novo presidente no dia 6 de julho. Interinamente, depois que Gleisi saiu para ser ministra,

assumiu a presidência o senador Humberto Costa (PE). Mas há nada menos que cinco nomes na disputa pelo comando do PT. Nomes que vão do alinhamento total com o governo à total independência. E é por isso que é delicado no plano interno que a ex-presidente do partido tenha admitido uma negociação em torno da anistia aos presos do 8 de janeiro de 2023.

Aliança

Embora o PT seja o principal partido, Lula governa o país em uma aliança diversa, na qual precisa conviver e precisa do apoio de forças conservadoras. Especialmente, o governo precisa se relacionar com um Congresso hoje majoritariamente conservador. Qual papel deve ter o PT?

Debate

O debate que vai marcar a eleição em julho será justamente sobre esse papel. Como principal partido da coligação e a legenda do presidente, o PT deve alinhar-se às necessidades dessa coligação ou deve firmar as suas próprias características de partido de esquerda na aliança?

Lula Marques/ Agência Brasil



Rui Falcão defende reafirmação do PT

Ninguém presidirá o PT de porteira fechada

Ao defender o nome do ex-prefeito de Araraquara Edinho Silva para presidir o partido, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva imaginou ter exatamente alguém totalmente alinhado com os planos do governo. Um nome que exercesse esse comando com o trabalho de levar Lula à reeleição, o que implicaria apoiar todas

as alianças necessárias. O problema foi a forma como Edinho começou a se comportar. Edinho sinalizou que vetaria a permanência de Gleide Andrade, tesoureira do partido, ligada a Gleisi. Com isso, Edinho começou a sofrer resistências dentro da corrente majoritária do PT, a Construindo um Novo Brasil (CNB).

Resistência

A resistência a esse plano de Edinho acabou explicitada numa reunião com Lula na casa da própria Gleisi. Outros nomes da CNB, como o próprio Humberto, começaram a se opor. Construiu-se, então, um acordo pelo qual se apoiaria Edinho, mas sem todos os cargos.

Oposição

O problema é que esse processo não unificou o partido. Outras quatro candidaturas surgiram. Dentro da própria CNB, o prefeito de Maricá (RJ), Washington Quaquá, lançou uma candidatura dissidente. Que, no fundo, aproxima ainda mais o PT do Centrão.

Esquerda

E outras candidaturas surgiram mais à esquerda, com a tese de que mais do que apoiar a reeleição de Lula, o partido precisa firmar suas posições. Esse posicionamento vai desde um nome que já presidiu o PT, o deputado Rui Falcão (SP), da corrente Novo Rumo.

Popular

A coisa se intensifica com Walter Pomar, da Articulação de Esquerda, que prega reaproximação com os movimentos populares. O outro candidato é Romênio Pereira, do Movimento PT. Qual o risco? O comando terminar fraturado. Tudo o que Lula não precisa.

PL protocola oficialmente urgência para PL da Anistia

Requerimento foi entregue com 262 assinaturas

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Por Gabriela Gallo

O líder da bancada do Partido Liberal na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ), protocolou oficialmente, nesta segunda-feira (14), o Requerimento 1410/2025 que solicita urgência para votação do projeto de lei que concede anistia aos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília (PL 2858/2022). Com a ausência do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), nesta semana, Sóstenes apresentará o requerimento na próxima reunião de líderes na Câmara, dia 24 (quinta-feira da próxima semana). O documento tem 262 assinaturas, que é mais do que o necessário para protocolar a urgência na Casa – (ao menos) 257 adesões –, mas é menos do que as 280 assinaturas almeçadas por Sóstenes para o projeto ter uma folga e aumentar as chances de a medida ser pautada e aprovada.

A proposta do requerimento é acelerar a tramitação do PL da Anistia. Quando é aprovado um requerimento de urgência, o texto segue diretamente para votação no plenário da Casa, sem precisar passar por análises nas comissões. O documento divulgado nesta segunda apresenta o nome de 264 parlamentares. Porém, em nota para a imprensa, Sóstenes esclareceu que duas assinaturas “foram invalidadas por se tratarem de assinaturas de líderes partidários”, que são as do próprio Sóstenes e do líder da oposição, Luciano Zucco (RS). “Inicialmente, a orientação era para a coleta de assinaturas por meio dos líderes, mas, posteriormente, houve uma mudança de procedimento, passando-se a exigir assinaturas individuais dos parlamen-



Sóstenes obteve cinco assinaturas a mais que o mínimo

tares. Por isso, ficamos com o total de 262 assinaturas”, disse Sóstenes por meio de nota.

O líder do PL na Câmara ainda completou que, “com a entrega do requerimento à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, não é mais possível a retirada individual de assinaturas do Requerimento de Urgência do PL da Anistia”. Essa foi justamente a intenção do parlamentar: garantir que os parlamentares do Centrão que aderiram ao requerimento, mas que são de partidos da base do governo, não retirassem suas assinaturas. Agora, cabe ao presidente Hugo Motta definir se pautará o requerimento no plenário da Casa ou não.

Apoio

Como era de se esperar, das 262 assinaturas, a grande maioria é do PL. Mas no partido de Sóstenes e do ex-presidente Jair Bolsonaro, não houve unanimidade. Dos 92 deputados do PL, 88 assinaram o documento (eram 90 até o comunicado de

que as assinaturas de Sóstenes e Zucco não contavam. O segundo partido com maior número de adesões é o União Brasil, com 40 assinaturas dos 59 representantes na Câmara. Em seguida está o PP, partido do ex-presidente da Casa Arthur Lira (AL), com 35 adesões dos 48 parlamentares; o Republicanos, de Motta, deu 28 assinaturas dos seus 45 integrantes; o PSD, 23 membros, dos 44 representantes da sigla, e o MDB, com 20 assinaturas dos 44 deputados da bancada.

Além de todas essas adesões, todos os quatro representantes do partido Novo na Câmara também apoiam o requerimento; há nove assinaturas do Podemos (do total de 15 parlamentares da legenda); quatro do Avante; cinco do PSDB; três do PRD, e três do Cidadania.

Constitucionalidade

Para além da articulação política na aprovação do PL da Anistia, há uma discussão jurídica quanto à constitucionalidade

de conceder anistia ampla e irrestrita aos envolvidos nos ataques contra as sedes dos Três Poderes, principalmente a anistia para aqueles envolvidos em financiar e estimular os atos, mas que não necessariamente depredaram patrimônio.

Ao Correio da Manhã, o advogado criminalista Wellington Arruda explicou que, mesmo que o texto do PL da Anistia seja aprovado da forma com está no Congresso e sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), “a lei não estará livre de controle de constitucionalidade”.

“Caso o conteúdo da anistia viole dispositivos constitucionais – como o artigo 5º que torna imprescritíveis e inafiançáveis os crimes praticados por grupos armados contra a ordem constitucional – o texto poderá ser impugnado por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal”, afirmou Arruda.

Esse cenário pode gerar um novo conflito institucional entre os poderes Legislativo e Judiciário, mas a solução jurídica caberá, ao final, ao STF. E esse cenário aparenta ser provável, visto que alguns ministros do Supremo já têm manifestado que uma eventual anistia ampla e irrestrita a participantes de atos golpistas, “especialmente os que envolveram invasões, depredações e ações armadas contra o Estado Democrático de Direito, violaria dispositivos expressos da Constituição”, explica Wellington Arruda.

“Como a Constituição veda expressamente a anistia para esses crimes, muitos ministros entendem que uma lei que contrarie essa regra esbarcaria diretamente em cláusulas pétreas, notadamente a separação dos poderes e a proteção da ordem constitucional”, completou o advogado criminalista.

Após cirurgia, Bolsonaro segue estável, em recuperação

Por Gabriela Gallo

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) segue internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital DF Star, em Brasília (DF). De acordo com o último boletim médico da equipe que acompanha o caso, divulgado pela ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro na noite desta segunda-feira (14), Jair Bolsonaro está em acompanhamento pós-operatório de cirurgia de lise de extensas bridas e reconstrução de parede abdominal. Neste domingo (13), o ex-presidente realizou uma cirurgia de mais de 12 horas para retirar aderências intestinais e reconstruir a parede abdominal, devido a consequências da facada em 2018.

“Apresenta-se com boa evolução clínica, mantendo-se acordado, orientado, sem dor, sangramentos ou outras intercorrências. No decorrer do dia, sentou-se no leito e iniciou deambulação assistida, sem previsão de alta da unidade de terapia intensiva”, afirmou o Hospital DF Star em nota. “Deambulação assistida” é a capacidade de andar sozinho, auxiliado por outros.

Atualmente, o ex-presidente está se alimentando por via intravenosa, está acordado e consciente. Ainda não há previsão de o ex-presidente



Bolsonaro segue na UTI, com quadro estável

receber alta, mas os médicos estimam que a recuperação seja lenta e ele permaneça ao menos mais duas semanas internado no hospital e de dois a três meses de recuperação no pós-operatório.

Na última sexta-feira (11), Jair Bolsonaro teve que ser internado às pressas após passar mal durante agenda no Rio Grande do Norte, quando sofreu fortes dores abdominais. A tomografia realizada pela equipe médica apontou sinais de suboclusão intestinal, uma obstrução parcial ou incompleta do intestino que dificul-

ta, mas não impede completamente, a passagem de gases e fezes.

No domingo, a equipe médica realizou uma cirurgia chamada “laparotomia exploradora”, um procedimento que consiste no corte do abdome para examinar os órgãos internos. No caso de Bolsonaro, houve o diagnóstico de retenção do trânsito do intestino. Com isso, o objetivo foi desfazer as “aderências” que bloquearam a digestão do paciente, e depois a reconstrução da parede abdominal, feita para reforçar a musculatura.

Troca

Desde que sofreu o atentado da facada em 2018, Bolsonaro já foi submetido a sete cirurgias, contando com a de domingo. Destas, cinco foram realizadas pelo cirurgião gastrointestinal Antônio Luiz Macedo, que acompanhava o ex-presidente desde o atentado em 2018. Para ser atendido pelo médico, Bolsonaro teria que ser transferido do Rio Grande do Norte para São Paulo, e não para Brasília.

Contudo, neste último procedimento, quem foi o médico chefe da equipe cirúrgica foi Cláudio Birolini, que é diretor do Serviço de Cirurgia Eletiva do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). O pedido da troca teria vindo da própria ex-primeira-dama e do filho mais velho de Jair Bolsonaro, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Nos bastidores, Michelle Bolsonaro alegou que não tem problemas pessoais com Macedo, mas optou por seguir com o tratamento com um outro profissional que, segundo o próprio Antônio Macedo em entrevista à CNN Brasil, é amigo de Michelle. Macedo foi responsável pelas cirurgias da deputada federal Amália Barros (PL-MT), amiga da ex-primeira-dama que morreu em maio de 2024 durante uma cirurgia de retirada de um nódulo no pâncreas.